A Comissão de Direito Eleitoral da OAB-PR vem a público para externar seu repúdio às propostas de Emenda à Constituição que têm por finalidade possibilitar que as eleições para mandatos de prefeitos e vereadores sejam unificados com as eleições para os mandatos de Presidente, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual.

Primeiramente, cumpre salientar que a alteração por emenda constitucional, propondo unificação das eleições, em tempos de crise, enfraquece as instituições democráticas, sendo que a abertura de rediscussão sobre a unificação das eleições nesse momento de excepcionalidade é apenas a demonstração oportunista de eventuais interesses pessoais.

A unificação das eleições implica em violação de cláusula pétrea, consistente da periodicidade do voto, além de levar ao enfraquecimento da Democracia com a redução da participação cidadã no processo de escolha de seus mandatários.

Além desse fato, a impossibilidade da unificação das eleições nesse momento se dá pela dificuldade que a Justiça Eleitoral enfrentará ao administrar milhares de candidaturas, desde o seu registro até a prestação de contas e diplomação, tornando o processo ainda mais lento e dificultoso em função do volume.

O Brasil tem uma democracia jovem e a população precisa exercitar o voto a cada dois anos para que dessa forma exista um debate mais democrático sobre propostas e sistemas. A pautas municipais serão sufocadas pelas pautas federais e estaduais, causando dificuldades aos eleitores no momento do voto, prejuízo a escolha livre, consciente e democrática.

O adiamento das eleições é uma possibilidade ventilada pelo TSE e Congresso Nacional, sendo portanto, suficiente para solucionar todos os transtornos causados pela pandemia.

Não se pode concordar que, a pretexto de se estar combatendo uma epidemia de âmbito mundial ou mesmo sob a falácia do discurso da redução de custos com uma campanha, apoie-se a possibilidade de unificação das eleições, em quaisquer das circunstâncias apresentadas, apenas gerando confusão ao eleitor e nenhuma economia, nem mesmo ao caro princípio republicano.